

Uga-uga

Uma denúncia sobre os heróis invisíveis!

Uga-uga: an expose on invisible heroes!

Recebido em: 25/03/2025

Aprovado em: 15/04/2026

Robson de Souza Martins

[Sobre o autor >>](#)

RESUMO

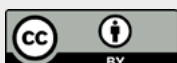
Este artigo tem como objetivo refletir sobre a aplicação prática de elementos da museologia social em contextos de vulnerabilidade social, por meio da análise do projeto comunitário *Bairro Meu*, desenvolvido no bairro Quinta do Loureiro, em Lisboa, a partir do processo de doutoramento em Museologia pela Universidade Lusófona e da experiência técnica do autor em territórios vulneráveis. O problema central que orienta o artigo é o seguinte: é possível reconhecer práticas museológicas, alinhadas à museologia social, que estejam sendo executadas em territórios vulnerabilizados? Quem valida ou confere legitimidade a essas iniciativas? A metodologia adotada é empírica, com base em entrevistas, observação e revisão bibliográfica, fundamentada no campo da sociomuseologia. Os resultados apontam que, embora o projeto *Bairro Meu* não tenha sido concebido formalmente como uma ação museológica, ele incorpora práticas características da museologia social, como a escuta ativa, o fortalecimento de vínculos comunitários, a produção coletiva da memória e a valorização simbólica do território. Conclui-se que o projeto pode ser compreendido como uma prática museológica expandida, que contribui para a redução de fatores de vulnerabilidade social e para o debate sobre os critérios de reconhecimento e validação no campo da museologia social.

Palavras-chaves: território; museologia social; vulnerabilidade; intervenção; habitação.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the practical application of elements of social museology in contexts of social vulnerability, based on the analysis of the community project *Bairro Meu*, developed in the Quinta do Loureiro neighborhood in Lisbon. The research is anchored in the doctoral program in Museology at Universidade Lusófona and is articulated with the author's technical experience in vulnerable territories. It is guided by the following central question: Is it possible to identify museological practices, aligned with social museology, being carried out in vulnerable territories? Who validates or legitimizes such initiatives? The methodology is empirical, grounded in the field of sociomuseology, and based on interviews, direct observation, and literature review. The results indicate that, although the *Bairro Meu* project was not formally conceived as a museological action, it incorporates key practices of social museology, such as active listening, the strengthening of community ties, collective memory-making, and the symbolic appreciation of the territory. It is concluded that the project can be understood as an expanded museological practice, contributing to the reduction of social vulnerability factors and to the ongoing debate on recognition and validation criteria within the field of social museology.

Keywords: territory; social museology; vulnerability; intervention; housing.



Prelúdio

Naquele terceiro patamar de um prédio qualquer, no bairro Quinta do Loureiro, no Vale de Alcântara, em Lisboa, durante um atendimento social no âmbito habitacional a uma família monoparental, dona Maria,¹ uma mulher com seus quase quarenta anos, baixa escolaridade, negra, imigrada de país africano e mãe de três filhos, afirma que não permite que seus filhos menores desçam para brincar na pracinha em frente ao prédio.

Em seguida, ouvem-se gritos fortes de dois jovens. A expressão é habitual e vem sendo entoada de forma contínua ultimamente, o que justifica os motivos dessa mãe em podar a liberdade dos filhos, privando-os de um de seus direitos mais básicos: o direito a brincar, conviver com seus pares e se desenvolver de forma saudável. Essa restrição, baseada na evocação da segurança e da proteção, impacta também a construção de suas memórias.

O jargão que se ouve é “Uga, uga!²”, utilizado para sinalizar a entrada dos agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) no bairro, seja para uma rusga ou uma simples passagem. Dessa forma, todas as atividades não convencionais e ilícitas desenvolvidas no território devem ser imediatamente interrompidas. A manutenção dos negócios exige uma estratégia de comunicação entre os membros do grupo, para identificar sujeitos e dinâmicas no território que possam colocar suas ações em risco.

O filho adolescente da moradora, segundo seu relato, não pensa da mesma forma que a mãe, nem tem a mesma disposição para obedecer. Ele enxerga justamente nessas práticas pouco convencionais o caminho mais rápido para alcançar seus desejos imediatos, o que causa em dona Maria grande preocupação quanto ao futuro do filho.

¹ Nome fictício para preservar a fonte.

² Gíria: 1. Linguagem característica de um grupo profissional ou sociocultural. = JARGÃO. 2. Linguagem usada por determinado grupo, geralmente incompreensível para quem não pertence ao grupo e que serve também como meio de realçar a sua especificidade. 3. Linguagem considerada grosseira ou rude. = CALÃO. 4. [Figurado] Manha, esperteza, astúcia. 5. Circunlocução afetada. (Gírias, c2022).

Os gritos não apenas anunciam a entrada da polícia no bairro, como também impõem à comunidade o silêncio e o controle. Revelam, ainda, a distância entre o Estado e o território, fragilizando as garantias às famílias residentes, tanto no que diz respeito à segurança necessária para convivência familiar e comunitária, como quanto às possibilidades de emancipação.

Assim, as memórias que estão sendo construídas por essa mãe e seus filhos perpassam ausências, perdas e incertezas.

Contextualização

A situação ficcional relatada no prelúdio provém de bases reais, situadas em territórios caracterizados como “bairros sociais” na cidade de Lisboa, territórios também marcados pela vulnerabilidade. Por essas especificidades, a terminologia “bairro social” ganha força, carregando estigmas e conotações negativas, diferentemente do termo “bairro municipal”. Assim, neste artigo, faremos sempre referência a esses territórios como *bairros municipais*, o que permite compreendê-los como parte integrante da cidade. Quando mencionados, serão acompanhados do nome do bairro, em respeito à comunidade. O uso do termo técnico correto permite ainda educar discursos e ouvidos, e reduzir rupturas.

[...] a ideia de Bairro parte de uma noção de que este é uma entidade simultaneamente social e geográfica, porque consiste numa população inscrita num território, constituindo um lugar com um conteúdo e uma identidade específicos em que as duas componentes (população e território) não podem ser entendidas separadamente [...] (Ferrão, 2016, p. 50).

Chama atenção, contudo, que entre os bairros de uma cidade existem aqueles chamados pelo Fórum de Governança Integrada³ de “bairros prioritários”, locais onde a população sente suas problemáticas com mais intensidade e que assumem características

³ O Fórum de Governança Integrada (Govint), criado em 2013, é uma rede colaborativa que reúne instituições públicas e privadas em Portugal, visando promover abordagens integradas e cooperação transversal para aumentar a eficácia e a eficiência na resposta a problemas sociais complexos.

de vulnerabilidade. Estes territórios incluem loteamentos ilegais, bairros de barracas⁴ e os bairros sociais, definidos pela Comissão Europeia como “áreas urbanas em crise”.⁵

O bairro Quinta do Loureiro foi concluído em 2002, por meio de uma política habitacional destinada a realocar famílias oriundas do degradado e desativado bairro do Casal Ventoso. No entanto, não apenas as famílias foram realocadas, também foram levadas consigo todas as suas dificuldades, o que nos mostra que apenas oferecer uma moradia digna não garante, por si só, a segurança e a qualidade de vida esperadas.

Este cenário remete à canção *Comida* da banda brasileira Titãs, que em 1987 já denunciava: “A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte...” (Comida, 1987). Quase vinte anos após esse marco social e habitacional, a construção do empreendimento com dezoito edifícios para abrigar 396 famílias e aproximadamente 1.350 pessoas revela que, dada a própria dinâmica da política habitacional, o bairro alterou-se em sua composição original: as primeiras famílias contempladas passaram por mudanças, seja pela etapa de vida, seja por outros fatores.

Atualmente, além das famílias remanescentes e saudosas do Casal Ventoso, o bairro conta com outras, vindas de diversas regiões da cidade, compondo uma miscelânea de histórias e culturas. Lá vivem grupos distintos, com normas e valores diferentes, cujas vivências distantes podem fragmentar memórias coletivas (Rechena, 2011), mas também oferecer oportunidades para a construção de novos sentidos comuns, desde que haja trabalho comunitário efetivo.

A construção do bairro Quinta do Loureiro, como outros territórios “mistifórios” da cidade, insere-se num processo que, segundo

⁴ Expressão tradicionalmente utilizada para designar áreas de habitação precária e informal, construídas de maneira improvisada com madeira, chapas metálicas e restos de construção, a exemplo do Casal Ventoso.

⁵ O conceito de “áreas urbanas em crise”, de acordo com a Comissão Europeia e também definido pelo Fórum de Governança Integrada (Govint), refere-se a territórios urbanos marcados por problemas sociais complexos e multidimensionais, frequentemente associados a contextos de concentração de vulnerabilidades e necessidade de requalificação integrada.

Moisés (2013), teve início na década de 1950 com os fluxos migratórios internos e externos em busca de melhores condições de vida em Lisboa. A baixa resposta habitacional gerou bolsões como o Casal Ventoso e, com isso, consolidou-se a terminologia “bairros sociais”, que foi mantida mesmo na realocação para novos empreendimentos.

Entretanto, o território está estrategicamente localizado no entrelaçamento das freguesias de Campo de Ourique, Alcântara e Estrela, situado num corredor de passagem (Avenida de Ceuta), com fácil acesso a áreas centrais e turísticas da cidade, bem como a outras regiões da macrorregião.

O empreendimento habitacional, como um avanço da política pública, incorporou, além das unidades residenciais, espaços destinados a serviços sociais, culturais e esportivos, localizados nas caves ou nos pisos térreos dos edifícios. A intenção era dinamizar a vida comunitária. No entanto, tais espaços foram em sua maioria cedidos a associações, agremiações e entidades profissionais, que não operam na lógica da prestação de serviços públicos, sendo utilizados como depósitos de materiais ou com atendimentos seletivos e com pouquíssima resposta às demandas coletivas da comunidade.

Este artigo não tem como foco aprofundar a reflexão e análise crítica sobre a política habitacional em si, mas evocar elementos que apoiam a compreensão da constituição desses territórios. Embora haja registros sobre a evolução das instituições municipais de Lisboa desde 1170 (Lisboa, 1996), foi somente após o 25 de abril de 1974⁶ que o município se fortaleceu institucionalmente na área da habitação, caminhando para uma lógica de inclusão e integração social. Mais de 10% dos munícipes de Lisboa são destinatários dessas políticas – pessoas sem condições de acesso ao mercado privado de moradia, o que reforça a importância dessas

⁶ A Revolução de 25 de abril de 1974, constituiu um momento decisivo na história de Portugal, ao pôr fim ao regime autoritário do Estado Novo e à Guerra Colonial Portuguesa, marcando o início da democracia contemporânea. Desencadeada por um golpe militar liderado pelo Movimento das Forças Armadas, foi rapidamente acompanhada por uma mobilização popular massiva e predominantemente pacífica, caracterizada pela colocação de cravos nas armas dos militares, razão pela qual também ficou simbolicamente conhecida como “Revolução dos Cravos”, abrindo caminho a profundas transformações políticas, sociais e institucionais no país.

ações públicas frente à lógica especulativa do mercado imobiliário, marcada por altos preços de imóveis e aluguéis.

As unidades habitacionais pertencem à Câmara Municipal de Lisboa, sendo geridas pela empresa pública Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa. Em complemento à política habitacional, ela realiza a manutenção dos edifícios e o acompanhamento dos contratos de arrendamento. Porém, destaca-se que não há posse ou propriedade, apenas usufruto, sempre sob vontade do Estado.

A casa representa mais do que abrigo e proteção. Bauman (2001) afirma que cidadania anda de mãos dadas com os assentamentos: quem não tem um lugar, está fora da comunidade. Por outro lado, Esperança (1999) lembra que propriedade é o “poder sobre a coisa”; e se essa propriedade é exclusiva do Estado, há também um poder sobre os sujeitos, exercido por meio da coisa, ou seja, da habitação.

Diante disso, percebe-se que uma política habitacional isolada, sem articulação com outras políticas públicas sociais, culturais, esportivas ou econômicas, não é capaz de solucionar os problemas sociais. As vulnerabilidades que existiam no Casal Ventoso ressurgem com novas roupagens na Quinta do Loureiro. Estamos tratando de pessoas, famílias, comunidade e da ausência de direitos, serviços e pertencimento.

Se consideramos essas ausências como uma inação do Estado, pela não realização integral das políticas, podemos então afirmar que essa não atuação também fomenta desigualdades e vulnerabilidades nos e entre os territórios?

Gonçalves (2017) contribui com essa reflexão ao explicar que o Estado, por intermédio da administração pública oficiosa, detém um poder jurídico para agir em prol do bem comum. No entanto, quando não o faz, comete omissão: “inação, inércia ou não exercício das suas competências próprias”.

Giddens (1991) associa essa inércia à burocracia e à falha dos Estados em conectar o local ao global, o que afeta diretamente a vida das pessoas. Já Dye (1984 *apud* Souza, 2006, p. 24) define políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Mesmo com outras definições possíveis, Souza (2006) enfatiza que políticas públicas são ferramentas de ação do Estado em defesa da coletividade e do bem-estar social.

O território é um campo dinâmico e vivo, alvo destas políticas públicas, palco das manifestações culturais, conflitos e transformações. Quando os atores institucionais legítimos se ausentam, surgem outras forças: grupos organizados para práticas ilícitas, dependência química, violência. Somadas a outros fatores, como insalubridade, baixa escolaridade, saúde precária, desemprego, sobrecarga habilitacional, grupos étnicos heterodoxos, imigrantes e distância das políticas públicas, essas condições agravam a vulnerabilidade do território e das famílias.

Todas essas vulnerabilidades não estão associadas a renda, e seu conceito possui diversas abordagens teóricas e metodológicas. Alves (2017) explica que elas devem ser avaliadas pelo grau e pela complexidade da exposição da população aos riscos, bem como pela sua capacidade de resposta.

Esse cenário nos reconduz ao título deste artigo, que se justifica pela denúncia das múltiplas faces da vulnerabilidade, seja pela criminalidade, seja pelas condições de vida da personagem do prelúdio, subjacentes ao enunciado e presentes também na Quinta do Loureiro.

Neste contexto, marcado pela inação do Estado, há muito a refletir. Intervir no crime para eliminar práticas ilícitas pode, por vezes, transferi-lo para outras áreas, inclusive nobres e turísticas, promovendo o fluxo de pessoas em situação de dependentes para diferentes territórios. As ações pontuais, como as que ocorrem atualmente, restringem e confinam a criminalidade aos bairros sociais, mascarando o problema.

Neste sentido, Leite (2014) reforça que movimentos sociais, unidos por sentimento e objetivos comuns, reduzem o medo e alteram as engrenagens do poder simbólico. Porém, também destaca que o poder político tende a conservar suas formas hegemônicas de organização. Dois exemplos disso são: a) as famílias desses territórios não estão constituídas enquanto grupo organizado; b) institucionalização dos movimentos sociais, que, para dialogar com o

Governo, precisam se formalizar como associações, agremiações e ou IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Diante deste cenário, lançamos algumas perguntas de partida para a análise:

a) De que modo a museologia pode intervir na tentativa de alterar a vida de dona Maria? Ou: como a museologia, por meio da sociomuseologia e da museologia social, pode atuar para transformar a vida dessa e de outras personagens nas comunidades?

b) Dona Maria teria como acessar suas memórias e seu patrimônio pessoal se não fosse pela mediação e intervenção da museologia social? Ou ainda: de que maneira suas capacidades poderiam ser despertadas para esta reflexão?

c) É possível, por meio da museologia social, alterar quadros de apatia e vulnerabilidade?

Sociomuseologia e museologia social nesse contexto

O contexto não é apresentado de forma gratuita, mas em razão das transformações ocorridas no campo da museologia, que a aproximam dos territórios e dos públicos em situação de vulnerabilidade. Essa aproximação dá-se por meio de problematizações propostas pela sociomuseologia e de diversas experimentações na museologia social, em ruptura com as práticas museais normativas.

É nesse contexto que se concentram os esforços para garantir o acesso e a participação, promovendo a mediação e a intervenção. Moutinho (1993) demonstra que essa primeira vertente – a sociomuseologia – dialoga com outras áreas do conhecimento já consolidadas, mostrando como esses saberes se articulam com a museologia e a complementam, favorecendo ações voltadas à transformação dessas realidades. Como afirmam Chagas e Gouveia (2014, p. 17):

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da

memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas; mas isso não acontece, não é verdade e sobre esse ponto não devemos e não podemos ter ingenuidade.

Nesse sentido, as experiências relatadas no prelúdio e no contexto apresentados, entre outros elementos, constituem a base para as transformações no universo da museologia. No entanto, para consolidar a museologia social dentro da conjuntura dos direitos sociais e da equidade, foi necessário percorrer um longo caminho.

Considerando que a museologia integra as políticas culturais⁷ e atravessa diversas políticas públicas, tratando-se ainda de uma museologia de caráter normativo, torna-se difícil para esses territórios e para nossa personagem acessar os espaços museais, uma vez que suas manifestações não contemplam esse público. Como destaca Tolentino (2016, p. 32), com base em Bourdieu e Sepúlveda, “[...] museus e galerias de arte não estão abertos para o público em geral, mas para um público específico que detêm maior capital simbólico”.

Para elucidar esta questão, recorreremos a Hugues de Varine-Bohan (2021), que, no prefácio da obra *Teoria e prática da sociomuseologia*, afirma que essa lógica começou a ser questionada ainda na década de 1960 por movimentos contrários, motivados pela valorização do patrimônio e da memórias, o que propiciou a criação de iniciativas voltadas às mais variadas realidades, sem restringi-las às instituições tradicionais.

Deste modo, embora toda a discussão sobre novas formas de diálogo na museologia, denominada nova museologia, tenha

⁷ Tratando-se de Portugal, conforme apresenta: “A área de Governo da Cultura tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar uma política global e coordenada na área da cultura e domínios com ela relacionados, designadamente, na salvaguarda e valorização do património cultural, no incentivo à criação artística e à difusão cultural, na qualificação do tecido cultural e, em coordenação com o ministro dos Negócios Estrangeiros, na internacionalização da cultura e língua portuguesa” (Portugal, c2019). Constitui missão da EGEAC “promover o acesso diversificado e qualificado aos bens e serviços de cultura, estimular a criação artística, valorizar o património cultural, incentivar o acréscimo e a formação de públicos e desenvolver a promoção, preservação e dinamização da atividade cultural de Lisboa” (EGEAC, c2022).

ganhado força nas últimas três décadas do século XX, já havia, anteriormente, experimentações no campo empírico que impulsionavam encontros e investigações no universo museológico. Varine-Bohan (1979) relata práticas alinhadas a essa perspectiva, realizadas em 1958 em país africano.⁸ Já em 1954, a Conferência do Conselho Internacional de Museus (Icom), realizada na Suíça, teve por tema *Museus locais e desenvolvimento cultural fora dos grandes centros*.

Essa movimentação revela a “nova museologia” em processo de construção, cuja origem não se dá com a Declaração de Santiago do Chile, em 1972, mas que tem nela um marco crucial para a reflexão sobre seus conceitos fundamentais. É também nesse contexto que se apresenta, pela primeira vez, o termo *sociomuseologia*, enfatizando e consolidando a importância dos museus no apoio às comunidades no enfrentamento das desigualdades.

Contudo, mesmo após este posicionamento, é importante salientar a dificuldade que essas instituições enfrentam para romper com seus alicerces e promover a desconstrução de uma estrutura hierárquica e excludente, historicamente construída e consolidada. Essa resistência contribui para a perpetuação das desigualdades e para o afastamento dos museus dos territórios, priorizando outros elementos, como a valorização excessiva e o endeusamento dos objetos e do próprio espaço museal.

Utilizando uma expressão de Bauman (2001) para apoiar a reflexão sobre essa lógica tradicional, evidencia-se a necessidade do “derretimento dos sólidos”, uma metáfora que aponta para o rompimento com lealdades tradicionais e estruturas fixas. Esse processo caminha ao encontro da fluidez proposta pelo autor, relacionada ao movimento e às novas possibilidades da museologia, que trazem para o cerne do debate o rompimento de um contexto rígido e excludente.

⁸ A “nova museologia” em África é influenciada pelos movimentos de independência dos países então colonizados, refletindo uma reconfiguração das práticas museológicas, referidas por Hugues de Varine-Bohan, que associam-se a experiências de dinamização cultural e museológica baseadas numa abordagem participativa e territorializada. Estas iniciativas promovem a descolonização das narrativas museológicas, a valorização e difusão das expressões artísticas locais e a gestão comunitária do patrimônio, procurando transformar os museus em espaços ativos de construção de identidade e diálogo.

Destaque para as recomendações, como as Declarações de Québec, em 1984, e de Caracas, em 1992, que colocam em evidência a necessidade de descentralizar, territorializar, horizontalizar e promover a participação na construção dos processos museológicos (Leite, 2014). Tais orientações retiram dos museus normativos a primazia das iniciativas museais, possibilitando a emergência de novas alternativas e caminhos.

Neste contexto, Santos (2014) reforça que o movimento da nova museologia enriqueceu, complexificou e dinamizou os processos museológicos, mudando seu foco e ajustando-os às mais diversas realidades. Isso ocorreu por meio de novos contributos e de uma renovação que ampliou a base teórica e metodológica, promovendo, assim, o “derretendo dos sólidos”.

Inegável que houve avanços desde então, contudo, os desafios permanecem significativos, especialmente considerando, ainda que sem generalizar, a apatia de parte dos profissionais da museologia em relação ao seu propósito. Trata-se de garantir que as práticas museais alcancem nossa protagonista e suas famílias, bem como seus territórios. Entre outras ações, destaca-se a importância de “construir e alimentar espaços de reflexão e de práticas reparadoras” (Primo; Moutinho, 2021, p. 36), como se propõe neste trabalho.

É relevante trazer, neste sentido, Brayner (2022), que contribui para qualificar a função do/a trabalhador/a social neste aspecto. A autora, inspirando-se em Paulo Freire, Waldisa Rússio e outros pensadores, destaca o papel decisivo desse agente em campo, que deve ir além de uma atuação burocrática e neutra, assumindo uma postura estratégica, histórica, humana e comprometida com a transformação social:

[...] a diferença está na forma de atuação: uns apegam-se às questões administrativas, documentais e preservacionistas do objeto; e outros, estão mais voltados às necessidades e anseios sociais e, por isso, trabalham com a ideia de patrimônio entendido na sua globalidade. E nessa globalidade, estão incluídos os acervos de grandes e graves problemas mundiais, decorrentes de um sistema econômico que menospreza a vida e extrapola o uso dos recursos naturais do planeta para acumular cada vez mais riqueza e poder para poucos (Brayner, 2022, p. 34).

Contudo, para além do/a trabalhador/a social, há outro ator em campo. E quem são aqueles que a nova museologia, por meio da sociomuseologia e da museologia social, conclama a interagir e participar? Embora haja uma atuação com viés universal, esse movimento também se orienta por novas narrativas, voltadas ao desenvolvimento e à mudança social, ao empoderamento e à autonomia. Assim, a atuação se concentra em um público específico: o destinatário da intervenção. Andrade (2001) afirma que o destinatário da intervenção, um dos atores mais importantes do campo, provoca e instiga os/as trabalhadores/as sociais a agir.

Muitas vezes, essas pessoas são representadas por estatísticas ou por um número sequencial, como um contrato do Rendimento Social de Inserção (RSI), um contrato de arrendamento urbano, um número de identificação fiscal (NIF) ou um número de identificação da Segurança Social (NISS), entre outros que possam identificá-las. Esses códigos são fruto de um sistema abstrato da sociedade moderna, como definido por Giddens (1991), cujo objetivo seria oferecer segurança, mas que, segundo Bauman (2001), também serve ao controle das pessoas.

Ainda assim, nossa personagem representa uma comunidade, e diversas são as terminologias que podem ser utilizadas para identificar o público em questão: excluídos, invisíveis e silenciados.

Neste sentido, Harari (2020) afirma que os excluídos são todos aqueles que não se beneficiam da globalização. Entretanto, Primo e Brayner (2018, p. 156) introduzem o conceito de “silenciados”, que dialoga diretamente com a ausência de memórias femininas ao longo da história, um termo bastante apropriado ao contexto vivido pela personagem: “[...] as mulheres no obscuro porto da espera reprodutiva, da vida doméstica, acrônicas, alheias aos acontecimentos sociais, sem reconhecerem-se produtoras da vida social”.

Ainda em relação ao público, destaca-se que, não por acaso, a personagem assume o status de heroína, considerando que as mulheres, nesse universo social, ocupam um lugar distinto dos homens. A elas são atribuídos os cuidados com a casa e a família, incluindo idosos, a transmissão de saberes e valores aos filhos, além da contribuição financeira e, frequentemente, assumem protagonismo em

programas sociais como o RSI, Banco alimentar, entre outros, bem como na participação na vida comunitária (Moisés, 2013).

Historicamente, situações como essas são alimentadas e reproduzidas na sociedade, baseando-se em uma matriz de poder que também se expressa nos papéis exercidos por homens e mulheres. A “eles” é conferida a posição de superiores, responsáveis pela segurança e proteção, inclusive pela escolha de não as aplicar. E a “elas”, todas as demais tarefas. Ampliando a questão para os corpos, considerados também como territórios de dominação, reforça-se o papel do patriarcado, do controle e das relações sociais subjacentes (Primo; Moutinho, 2021).

Nossa personagem, aqui evidenciada, é fruto dessa construção. De acordo com as premissas da nova museologia, ela não é meramente uma espectadora, um cadastro, um número ou um corpo subalternizado. É uma mulher com história, memórias e vivências que a tornam única. É justamente essa faceta que nos interessa e que nos permite reconhecê-la em sua totalidade.

Neste seguimento, Pausini (2019, p. 152) sustenta que a nova museologia atua como impulsionadora dessas abordagens e diálogos, que ela é

Capaz de lidar com anseios e expectativas contemporâneas, que também tangem o desenvolvimento, mas por outra perspectiva, que não a construção de mitos, símbolos e heróis históricos, hierarquizada, pouco problematizadora e centrada no estudo de coleções e acervos.

Instigando outras perspectivas, questionam-se as narrativas que constroem heróis sem a devida problematização. Retomamos aqui o título deste artigo, que denuncia também os heróis invisíveis, isto é, aqueles cuja existência rompe com a imagem do herói glorioso e romântico. Estamos falando do nosso público-alvo: pessoas que resistem cotidianamente às ausências, aos problemas e aos percalços da vida, além das questões relacionadas a gênero, etnia e identidade.

Em sua obra atemporal, o compositor Chico Buarque narra episódios marcantes de heroínas do cotidiano. Dentre suas persona-

gens fictícias, destaca-se Geni:⁹ “Joga pedra na Geni. Joga pedra na Geni. Ela é feita pra apanhar. Ela é boa de cuspir. Ela dá pra qualquer um. Maldita Geni” (Geni [...], 1979). Em uma breve análise literária, percebemos que, assim como dona Maria, Geni é marcada pelo silêncio, pela submissão, opressão e aceitação. Seu corpo é objetificado, estigmatizado e coisificado, resultado de construções sociais e do sistema capitalista.

Realidade e ficção se assemelham dos heróis populares mencionados por Chagas (2010, p. 6), que de forma poética, afirma: “A saga de cada um deles, a dimensão épica de suas vidas, os enfrentamentos políticos, sociais e econômicos que tiveram, as vitórias e as derrotas que saborearam, não deixam dúvidas: eles são heróis populares”.

Embora os heróis apresentados na obra de Chagas (2010) tenham deixado um legado, todos compartilham algo em comum: a luta pela sobrevivência e pela existência, uma luta cotidiana que se opõe à invisibilidade. Podemos, portanto, compreender o heroísmo de dona Maria como uma forma de resistência diária e considerar essa resistência como um patrimônio individual e coletivo, a ser evidenciado no contexto complexo das relações sociais.

Avolumando esse pensamento, os heróis são figuras arquetípicas que detêm as competências necessárias para superar determinados desafios (Valle; Telles, 2019 *apud* Tocafuldo; Rodrigues, 2019). No entanto, apesar de sua origem nas narrativas ficcionais, cabe refletir também sobre a figura do anti-herói, que em contraposição ao herói tradicional, possui características essencialmente humanas, expressas no “equilíbrio entre virtudes e defeitos da conduta moral” (Baranta, 2015, p. 7 *apud* Tocafuldo; Rodrigues, 2019). Esse tipo de personagem pode agir de forma maniqueísta na resolução dos conflitos, o que nos leva a inferir que nossa personagem, em sua luta cotidiana, se aproxima mais do anti-herói que do herói idealizado, justamente por ser real, verdadeira e humana.

⁹ Obra composta por Chico Buarque: “Geni e o Zepelim”, embora entoada por muitos interpretes, a canção integra álbum do artista de 1979 e do espetáculo teatral de 1978: *Ópera do malandro*, também deste autor.

No contexto desses percursos e heroísmos aqui discutidos, a sociomuseologia e a museologia social, inseridas sob o guarda-chuva da nova museologia, contribuem para nossa reflexão. Elas se diferenciam, sobretudo, pela dimensão prática do trabalho de campo da museologia social. Embora Moutinho (1993, p. 7) afirme que “o conceito de Museologia Social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”, ainda há, como aponta Tolentino (2016), a necessidade de aprofundar a reflexão e a problematização desses conceitos, uma vez que os termos frequentemente se confundem.

Além disso, o mesmo autor, apoiando-se em Mário Moutinho (1993) e Mário Chagas (2010), destaca que, embora a sociomuseologia e a museologia social sejam consideradas indissociáveis ou até mesmo sinônimos, há um limiar que as separa: a primeira refere-se à reflexão teórica sobre o universo todo, enquanto a segunda diz respeito ao agir, à prática: “[...] executadas de forma participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural” (Tolentino, 2016, p. 32).

Britto (2021) afirma que, à época, a nova museologia introduziu novos paradigmas para o campo da museologia, embora essa perspectiva tenha se diluído com o tempo. Da mesma forma, a museologia social, ao promover uma ruptura, encontra-se atualmente em uma fase que o autor denomina de “consolidação”.

Mário Moutinho (2015), em entrevista concedida à pesquisadora Ana Carvalho, oferece outras contribuições relevantes. Ele afirma que a nova museologia se caracteriza pela constatação de uma prática que, para ser assim reconhecida, deve estar não apenas ancorada em um referencial documental, mas também profundamente alicerçada nas ciências sociais. Assim, os estudos e as reflexões sobre o conjunto de técnicas, metodologias e formas de atuação foram, ao longo do tempo, construindo a sociomuseologia como um campo de conhecimento. Já a museologia social seria a prática concreta que alimenta e dá substância a esse campo.

Podemos compreender, portanto, que o limiar entre sociomuseologia e a museologia social reside no encontro entre teoria e prática. Destaca-se que, nesse contexto, a museologia social assume uma forte dimensão política (como reforça a Declaração do Rio de Janeiro de 2013), manifestando-se em duas frentes principais: *empowerment* e *advocacy*, reforçando elementos já sinalizados, como a equidade, a justiça social e a defesa dos direitos:

Favorecer a construção e a partilha de um pensamento crítico, capaz de contrariar a ideologia dominante é certamente uma tarefa de maior relevância para o exercício pleno da cidadania. É certamente uma tarefa que está ao alcance das instituições que atuam no campo da Museologia Social (Primo; Moutinho, 2021, p. 22).

Desse modo, no âmbito da museologia social, podemos identificar os museus comunitários, os ecomuseus e diversas práticas museológicas. Essas iniciativas diferenciam-se de projetos sociais tradicionais justamente por apresentarem elementos de caráter museológico, como a pesquisa, a compreensão, a salvaguardar e a divulgação, aplicados às histórias e vivências dos próprios destinatários da intervenção. Esse processo não apenas confere significado e autonomia, mas também rompe com a condição de invisibilidade e vulnerabilidade historicamente atribuídas a essas populações.

Em pesquisa sobre uma experiência museológica, Freitas e Castro (2015, p. 41) afirmam que o trabalho, dentro da concepção da museologia social, busca salvaguardar “tradições humanas, paisagens culturais e territórios vinculados às relações de grupos historicamente injustiçados por processos econômicos”.

Neste sentido, Priosti e Varine-Bohan (2007, p. 65 *apud* Zen, 2011, p. 234) corroboram que essas relações devem ser compreendidas como patrimônio:

[...] o seu patrimônio, composto “não só coleções musealizáveis, mas, e prioritariamente, o patrimônio das relações cotidianas, a própria dinâmica da vida humana em interação com outras vidas, a diversidade cultural, a biodiversidade, ou seja, o patrimônio da biosfera que abriga todas essas relações”. É algo que se estende do espaço de um lar, ao quintal da família, ao quarteirão da vizinhança, e vai por aí a fora.

Essa reflexão é reforçada pelo entendimento de que a “cadeia operatória museológica” se centra na comunicação e salvaguarda. Este segundo aspecto refere-se à proteção, à eliminação de riscos e à defesa (Bruno, 2021). Isso implica que as práticas museológicas têm o desafio de intervir nessas realidades, buscando, por meio de suas abordagens, reduzir vulnerabilidades. Tal abordagem contraria o endeusamento da objetificação, embora isso não signifique que os objetos não possam ser identificados ou valorizados, uma vez que lidamos com pessoas em territórios, com múltiplas possibilidades de exposição, que vão desde os espaços edificados até os pertences das famílias.

Na perspectiva da museologia social em Portugal, Leite (2014) observa que ainda há uma atuação tímida nesse campo, indicando a necessidade de aprofundamento dos estudos. No entanto, o autor também destaca que as recomendações da Declaração de Caracas retiram a exclusividade da práxis museológicas das mãos do perito, ao enfatizarem a participação e o fazer partilhado com a comunidade. Diante disso, surgem novas perguntas, especialmente no contexto da cidade de Lisboa e de seus bairros municipais: É possível identificar projetos ou práticas museológicas que tenham sido, ou estejam sendo, executados com enquadramento nessa perspectiva? Quem é responsável por este veredito e validação?

É certo que experiências museológicas em territórios semelhantes ao Bairro Quinta do Loureiro já existem no Brasil, na América Latina e em outros países. Entretanto, aqui nos referimos a iniciativas que estão em curso e que podem ser enquadradas na perspectiva da museologia social, experiências construídas com o engajamento de trabalhadores/as sociais, mas sem que esses profissionais necessariamente tenham conhecimento dessa escola de pensamento¹⁰ ou atuem com o apoio de especialistas do campo da museologia.

Ou seja, tratamos aqui de experiências que ainda não foram legitimadas. São projetos que, independentemente de onde este-

¹⁰ Formação de novos conceitos de um determinado pensamento, verificado, problematizado, propagado e defendido por um determinado grupo que se identifica com a referida temática. Refere-se neste ato à escola de pensamento da sociomuseologia, que se distingue na museologia, como explicitado.

jam sendo desenvolvidos, permanecem restritos aos seus próprios territórios, sem alcançar outros espaços de apresentação ou reconhecimento. Trata-se de práticas com intencionalidade clara de mediação e intervenção, mas que permanecem desconhecidas da academia. E reconhecerem-se como tal requer conhecimento sobre a temática da museologia social.

Embora o exemplo utilizado deste exercício reflexivo seja o do bairro Quinta do Loureiro, ocorrido no ano de 2021, a mesma análise poderia ser feita em relação a outras experiências. Um exemplo disso é o projeto Museu Comunitário, que, em sua segunda edição, realizada em 2022, intitulou-se *Exposição museu arte comunitária: “Estórias e emoções que nos unem”*. A iniciativa foi concretizada pela Equipa de RSI – Rendimento Social Inserção, do Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Porto Salvo (2016), no município de Oeiras (na região metropolitana de Lisboa), com atuação no bairro municipal dos Navegadores e no Moinho das Rolas. Trata-se de um contexto semelhante, que nos permite afirmar que, para além de projetos sociais, existem muitas iniciativas com características museológicas que não integram as esferas de discussão da sociomuseologia.

É igualmente certo que todas essas experiências, sejam em outros países ou em áreas próximas de Lisboa, representam contribuições e pontos de ancoragens importantes. No entanto, ainda não se consolidaram como redes de conhecimentos acessíveis para quem está imerso nos territórios e nas práticas cotidianas. A própria equipe técnica do projeto analisado neste artigo ficou surpresa ao perceber que a iniciativa possuía uma dimensão além daquela inicialmente proposta, revelando afinidades com a museologia social e trazendo, inclusive, outras formas de caracterização, como memória e narrativas.

Uma prática museológica no bairro da Quinta do Loureiro pelo olhar do pesquisador/trabalhador social

Reunidas, assim, as condições contextuais para nortear a *reflexão e análise* no desenvolvimento deste artigo, apresento-as como *premissas metodológicas*, ancoradas no pensamento de Andrade

(2001), que afirma que todo o processo de intervenção na realidade é inicialmente apreendido cognitivamente. É desses movimentos reflexivos e do olhar crítico sobre a realidade que nascem as inquietações e os incômodos que instigam o agir profissional em busca de respostas.

Neste sentido, temos a primeira premissa, a reflexão, que não se esgota em si mesma. Podemos também entender o *olhar crítico* como análise, configurando-se como a segunda premissa. Assim, reflexão e análise são indissociáveis no processo.

Com base nessas premissas, realizou-se uma pesquisa empírica no território em foco, precedida de amplo estudo bibliográfico. De acordo com o entendimento de Marconi e Lakatos (2017), utilizou-se também as seguintes técnicas para obtenção de dados: conversas qualificadas com equipes interdisciplinares e participantes e observação. A primeira, refere-se à entrevista não estruturada, com carácter informal e liberdade para explorar questões; a segunda consiste em utilizar os sentidos para captar determinados aspectos da realidade.

Neste contexto metodológico, compreende-se que o projeto de inclusão social por meio das artes, intitulado *Bairro Meu*, executado no bairro municipal Quinta do Loureiro e promovido pela instituição *It's About Impact*¹¹ nos anos de 2021 e 2022, constituiu-se como instrumento complementar deste estudo.

O projeto *Bairro Meu* contou ainda com a parceiros de diversas instituições públicas e privadas: Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Junta de Freguesia Campo de Ourique e Banco Montepio, que também atuaram como financiadores. A iniciativa agregou ainda outras ações desenvolvidas no bairro por instituições como o Projecto Alcantara e a Fundação Aga Khan, por meio do CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social.

¹¹ *It's About Impact* – Livre tradução: É sobre o impacto ou Trata-se de impacto. *It's About Impact* é uma associação sem fins lucrativos sediada em Lisboa, criada por Jwana Godinho em 2019, que desenvolve e implementa iniciativas de promoção da inclusão social e do desenvolvimento comunitário por intermédio da criação artística, nomeadamente nas áreas da música, arte urbana, escrita criativa, audiovisual, artes performativas e fotografia.

Das inferências produzidas, verifica-se que o *Bairro Meu* é um projeto interventivo que tem como principal objetivo “transformar bairros através de um projeto artístico que promova a inclusão social sob a premissa daquilo que é a maior união entre as pessoas: as histórias” (It’s About Impact, 2022).

A escolha do bairro Quinta do Loureiro deu-se, inicialmente, por sugestão da câmara municipal de Lisboa. Contudo, a decisão final ocorreu após visita da equipe técnica da instituição ao território, oportunidade em que se observou a geografia do bairro, a complexidade da população e a sua fronteira com zonas estruturadas da cidade.

Não se trata aqui de avaliar a realização do projeto nem seu impacto, mas de analisar quais elementos da museologia social estão implícitos e foram aplicados na prática, e se o desenvolvimento da iniciativa forneceu respostas às nossas perguntas propostas, favorecendo a reflexão no âmbito da sociomuseologia, com base nos métodos descritos.

Nota-se, pelos objetivos da instituição e do projeto, diversas similaridades com a museologia social, sobretudo ao lidar com outras histórias, narrativas de heróis cotidianos que, para serem registradas, requerem a construção de um lugar de fala, alterando os protagonismos historicamente legitimados.

Toda nova ação gera na comunidade uma diversidade de sentimentos, da desconfiança à expectativa. No entanto, parte-se do princípio de que nenhuma iniciativa substitui o papel dos atores institucionais legítimos, como o poder público, responsável por combater expressões de vulnerabilidade. No caso do bairro Quinta do Loureiro, isso inclui, por exemplo, o fenômeno do “Uga-uga” (associado à violência), ou a precariedade do edificado, problema relacionado à política habitacional. Observa-se que, muitas vezes, a população tende a atribuir à iniciativa a responsabilidade pela denúncia e pela efetivação de suas reivindicações.

Entretanto, juntamente com o protagonismo, trabalha-se processualmente o empoderamento dessas pessoas, para que elas reivindiquem seus direitos. O lugar de fala, portanto, vem acompanhado de uma atitude ativa de busca por melhores condições de

acesso aos serviços. Observa-se, ainda, outra característica museológica da iniciativa: a instrumentalização dos sujeitos.

Essa instrumentalização se manifesta por meio de denúncias e reivindicações que dialogam com as estruturas já existentes ou contribuem para ampliá-las. Ela também desperta e expande a visão de mundo de adolescentes, jovens, adultos, famílias e da própria comunidade para o enfrentamento das suas realidades.

Sendo a instituição *It's About Impact* externa ao bairro, essa percepção foi reforçada pelas responsáveis do projeto *Bairro Meu*, na entrevista concedida. A conversa qualificada revelou ainda, que, sem a presença de um parceiro estratégico local, jamais teriam conseguido acessar o território (em função do poder paralelo ou da desconfiança da comunidade) e, posteriormente, executar as ações e atividades planejadas. Da mesma forma, uma instituição museal não o conseguiria, o que evidencia a importância da presença contínua de serviços no território, como a Gebalis ou a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que atuam com essa população desde a constituição do bairro.

Iniciativas como essa não podem ser desenvolvidas exclusivamente por um único ator institucional, especialmente quando este é externo ao território e seus trabalhadores não ocupam posição estratégica no campo. Há uma necessidade de reconhecimento daqueles que já atuam no terreno, sejam instituições ou representantes comunitários, pois é necessário transitar por espaços de poder e disputa, avanços e recuos, riscos e vulnerabilidade. Nesse sentido, recorremos a Rechen (2011, p. 139), que nos diz: “Para que o museu possa agir junto a comunidade e da sociedade tem de recorrer à interdisciplinaridade para conseguir dar conta de todos os aspectos da vida social.”

Ainda que o projeto contasse com uma apresentação formal, a confiança do público só foi estabelecida após cerca de meses de convivência entre os/as trabalhadores/as sociais e o território. Percebe-se que essa aproximação ocorreu por meio dos parceiros locais e da construção cotidiana de relações.

A equipe é composta por profissionais de diferentes áreas do saber, caracterizados como trabalhadores/as sociais, ou seja, agen-

tes em campo que vão além do trabalho bancário e sistemático, comprometendo-se com a transformação social e posicionando-se em contraposição aos padrões normativos.

Essa conclusão justifica-se não apenas pela escolha do território, mas também pelo agir profissional, centrado na valorização do potencial da comunidade e na desierarquização das relações. Um exemplo dessa forma de atuação foi a criação de atendimento aberto à socialização das pessoas, rompendo com a lógica tradicional de gabinete e a estrutura normativa de relação destinatário de intervenção x técnico.

Diferentemente de um projeto social, uma prática museológica não possui clientes, usuários, beneficiários ou arrendatários, mas participantes. Essa definição do destinatário da intervenção quebra rótulos e estigmas, desvinculando sua participação de programas sociais governamentais. A participação passa a ser livre, voluntária e autônoma, exigindo um primeiro nível decisório: aderir ou não.

A experiência do *Bairro Meu*, promovida pela *It's About Impact*, sugere que a prática museológica deve estar inserida dentro de instrumentos de gestão, o que reforça a necessidade de diagnóstico, planejamento, avaliação e prestação de contas. Esses elementos podem compor um único instrumento, como um projeto ou um plano de ação, porém sem condicionantes de mercado. Reconhece-se que o tempo dos participantes é diferente do tempo das lógicas hegemônicas. Assim, é possível ter um *instrumento projeto*, mas com execução em processo, conforme as dinâmicas do campo e do agir.

O *Bairro Meu* procurou atuar de forma intergeracional, embora com foco mais evidente em crianças e jovens. Foram desenvolvidas seis práticas artísticas com a comunidade: música, arte urbana, escrita criativa, fotografia, artes visuais e artes performáticas. As práticas artísticas despertaram grande interesse, sendo instrumento de acesso, participação, mediação e intervenção (Martins, 2020).

Das modalidades artísticas realizadas no território, a análise focou-se em uma das performances do projeto: a exposição fotográfica. A escolha ocorreu não apenas pela limitação imposta pela extensão do texto, que exigiu seleção criteriosa dos elementos a serem abordados, mas por entender que esta expressão artística sintetiza

os objetivos gerais da iniciativa. Dessa forma, a descrição detalhada das demais atividades foi suprimida, já que o foco recai sobre os resultados e suas implicações, e não nos procedimentos executados.

No que diz respeito à exposição fotográfica, foi concebida de modo que crianças e jovens registrassem, por meio da imagem, o seu entorno. Com o apoio de um profissional da área, foram revelados aspectos da vida cotidiana dos moradores, possibilitando um olhar ampliado sobre essa realidade, ao mesmo tempo em que se foram promovidas competências de comunicação, educação social e cidadania.

Ao registrar suas vivências cotidianas e fortalecer os laços comunitários, contribui-se para a valorização do espaço de habitação, favorecendo a construção de boas memórias, diferentes daquelas marcadas pela estigmatização do território de vulnerabilidade.

O processo por trás da exposição revela dinâmicas significativas. Como aponta Rocha (2008, p. 267), “em sistemas complexos, como as sociedades humanas, o desenvolvimento só ocorre quando conseguem se instalar padrões de interação internos (entre os elementos do conjunto)”. Ou seja, por mais diferentes que sejam os sujeitos fotografados, o ato de registrar a sua presença no território legitima suas vivências. E a exposição, enquanto objeto cultural, oferece reconhecimento. Esses dois fatores, legitimidade e reconhecimento, geram orgulho, bem como um sentimento de pertença e identidade.

Nesses aspectos, observa uma forte convergência com a abordagem da museologia social, especialmente no que refere ao fortalecimento da pertença e da identidade territorial. No processo de busca por legitimidade e reconhecimento, constrói-se um pensamento coletivo, fundamentado na partilha de experiências comuns. A vulnerabilidade, nesse contexto, transforma-se em resiliência e força coletiva.

Outro aspecto relevante da exposição realizada pelo *It's About Impact* é que, para além de proporcionar um espaço de fala, viabilizou um espaço de existência. Trazendo as contribuições de Souza (2021), ao evocar Waldisa Russo, é possível identificar três elementos fundamentais: O sujeito (os participantes); o objeto (a exposi-

ção); e o cenário (o bairro Quinta do Loureiro). Esse quadro é entendido como um “enclave” museológico, que pode se situar tanto dentro de um museu tradicional como no próprio território, sendo cruzado e alimentado pelos elementos.

A partir desse enclave revelado pelo desenvolvimento do projeto, pode-se destacar como especificidades da museologia social:

a) o “fazer com”, ou seja, a atuação junto à comunidade, com a participação ativa dos destinatários;

b) as narrativas construídas a partir do olhar da comunidade;

c) os processos de ampliação da criticidade sobre o território e as condições de vida;

d) o fortalecimento das relações comunitárias, ultrapassando a dimensão assistencialista de direitos e deveres.

O projeto *Bairro Meu* manifesta, na prática, diversos princípios da museologia social. Ao deslocar o foco da intervenção social para a escuta ativa, a participação e a legitimidade dos sujeitos, evidencia-se que territórios vulneráveis também são territórios de potência, resistência e saberes compartilhados. Ainda que o projeto não se declare formalmente como museu ou prática museológica, sua atuação no território, com foco na arte, na escuta e na participação, constitui um espaço museológico expandido, onde: a memória é produzida coletivamente; a identidade é reforçada; e a ação cultural se torna ferramenta de transformação social. Nesse sentido, trata-se de uma ação museológica territorializada, que reconhece os sujeitos como protagonistas e o bairro como um “museu vivo”, em constante processo de resignificação.

Os elementos presentes no projeto o aproximam de experimentações museológicas no âmbito da museologia social. Uma museologia de base comunitária, participativa, que valoriza os saberes locais, a construção coletiva da memória e do patrimônio, atuando como *ferramenta de transformação social*.

A museologia social incide diretamente sobre o território, com e para as comunidades, promovendo *processos de escuta, reconheci-*

mento, valorização e ressignificação das vivências, narrativas, memórias e identidades locais. Dessa forma, pode contribuir para:

- a) o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários;
- b) a reconstrução de identidades positivas, especialmente em contextos marcados por estigmas;
- c) a ampliação da participação cidadã e do sentimento de pertencimento;
- d) a promoção do acesso a direitos culturais e simbólicos, frequentemente negados em territórios vulnerabilizados.

Fatores proporcionados pela exposição tiveram grande importância não apenas para o público direto (crianças, jovens, moradores retratados), mas também para o público indireto, seja aquele que participou da inauguração da exposição, ou que teve contato com as imagens dispostas no bairro, favorecendo um circuito visual comunitário; seja ainda aquele que acessou os conteúdos pelas redes sociais. Esse alcance ampliado contribui para reduzir a visão estigmatizada e estereotipada que muitas vezes recai sobre esses contextos por parte da sociedade em geral.

Considerações finais

O jargão/gíria “Uga-uga”, independentemente dos motivos de sua entoação, faz parte das memórias individuais e coletivas daquela comunidade. Vai além de uma simples estratégia de comunicação de grupo: pode ser compreendida como objeto museológico, representando a complexidade das pessoas que ocupam aquele território.

No entanto, é importante registrar que nossa personagem, dona Maria, não participou dessa prática museológica. A iniciativa não chegou-lhe, o que pode ter ocorrido por diversos motivos: falta de interesse, descrédito na proposta, prioridade relacionada a necessidades básicas, ausência de uma comunicação eficaz com os moradores ou incompatibilidade com sua rotina. Ainda assim, se a iniciativa fosse contínua, seria possível imaginar que, em algum momento, dona Maria, seus filhos e a prática poderiam se cruzar.

Contudo, a prática chegou a personagens com trajetórias similares: Ana, Dalva, José, Manuel,¹² com problemáticas iguais ou distintas. Isso gerou uma dinâmica diferenciada no território. Esses participantes foram musealizados, no sentido de que suas trajetórias, memórias, vivências e realidades foram reconhecidas e salvaguardadas.

Por outro lado, esse dado revela o quanto é difícil envolver o verdadeiro destinatário das intervenções. Isso reforça a complexidade dos processos participativos, bem como os limites das estratégias de comunicação e do envolvimento comunitário.

Considera-se que este tipo de iniciativa está fortemente ligado aos conceitos da museologia social, e duas questões centrais respondem às problemáticas iniciais:

a) legitimidade e reconhecimento: quando os participantes se sentem valorizados, sua autoestima se eleva. Isso pode alterar o estado de apatia, gerando força motora e impacto direto na realidade local. No universo habitacional, esse processo se manifesta em ações concretas, como a retirada de entulho de espaços comuns, o uso correto dos caixotes de lixo, a sinalização de problemas estruturais à entidade gestora e a melhoria no cuidado com os espaços coletivos;

b) movimentação do território: com iniciativas como a promovida pelo *It's About Impact*, o bairro passa a ser frequentado por novos atores institucionais, o que inibe práticas ilícitas e reduz a violência social. Além disso, provoca o reposicionamento das próprias instituições, que passam a atuar de forma mais resolutiva diante das demandas locais. A movimentação territorial inverte a inação do Estado, e, nesse contexto, a museologia social ganha novos significados, produzindo efeitos concretos para reverter essa inação.

No entanto, outros desafios se impõem à reflexão. As práticas museológicas não devem estar condicionadas ao tempo do mercado, com início, meio e fim, pois os destinatários vivem outro tempo, mais lento, muitas vezes marcado por urgências distintas. Essa desconexão reduz drasticamente as possibilidades de engajamento.

¹² Nomes fictícios.

Ligado a isso está o desafio da continuidade. Quando as ações não são continuadas, geram sentimento de abandono, o que pode desmotivar a participação em futuras iniciativas. Assim, surgem novas perguntas: há fôlego institucional para sustentar práticas de longo prazo? Existem recursos financeiros suficientes? Há interesse ou vontade política para garantir continuidade?

Além disso, quando tais práticas são cofinanciadas pelo Estado, isso pode mascarar a ausência real desse ente no território. Ao delegar sua presença a terceiros, o Estado mantém-se distante, desresponsabilizando-se da execução direta, ainda que continue presente de forma indireta e fragmentada.

Outro ponto importante diz respeito à composição das equipes técnicas. Se a equipe tivesse contato com um profissional da museologia, o processo metodológico teria sido enriquecido com uma abordagem mais profunda sobre o patrimônio simbólico e seus significados, ampliando a produção e a salvaguarda da memória do bairro, elemento essencial para a identidade coletiva. Isso demonstra o quanto a museologia social poderia ter sido um eixo estruturante da proposta. Ainda assim, considera-se que a iniciativa possui características marcantes dessa vertente da museologia.

É preciso destacar que os proponentes não tinham, necessariamente, o olhar museológico. Esse fato evidencia o papel essencial da universidade não apenas como formadora de profissionais, mas como ponte de diálogo entre teoria e prática, apresentando alternativas à sociedade, a exemplo da museologia social.

A exposição e os trabalhos realizados na Quinta do Loureiro não nasceram da comunidade, mas foram propostas externas que obtiveram adesão comunitária. Isso difere de experiências como os museus comunitários; museus de rua; museologia indígena; e museologia LGBTQIAPN+, nos quais a prática museológica emerge de dentro das próprias comunidades. Nesses casos, a ausência de profissionais de museologia levanta questões sobre as atribuições privativas do museólogo e sobre os limites da validação acadêmica diante das potências comunitárias autônomas.

Considera-se que a validação acadêmica do que pode ou não ser reconhecido como iniciativa museológica contraria os preceitos

fundamentais da nova museologia e as problematizações desenvolvidas no campo da sociomuseologia. Ao impor critérios normativos e institucionalizados de legitimação, muitas vezes afastados da realidade dos territórios e das comunidades, corre-se o risco de desvalorizar práticas autônomas, culturalmente enraizadas e socialmente relevantes, que justamente deram origem à renovação museológica proposta desde os anos 1970.

Nota-se, assim, que a própria definição do que pode (ou não) ser considerado uma experiência museológica ainda é frágil no campo acadêmico. O *It's About Impact* não teve, em seu escopo inicial, o propósito de ser um projeto museológico, mas suas ações se alinham à museologia social. Mesmo que não se declarasse como tal, a exposição realizada já poderia ser considerada museológica, ainda que apenas no conceito normativo, evitando cair na lógica de que apenas instituições museais podem legitimar exposições como tal.

Essa construção leva-nos à reflexão proposta por Clovis Carvalho Britto (2021, p. 66): a “[...] linguagem de especialidade na perspectiva sociomuseológica reverbera variações terminológicas decorrentes de uma multiplicidade de discursos em diferentes contextos ou em um mesmo contexto”. O exemplo do trabalho da *It's About Impact* na Quinta do Loureiro, portanto, destoa das museologias normativas e da própria museologia social, justamente por não ter enquadramento formal, neste caso, o escopo pré-definido.

Considera-se, ainda que embora os conceitos da nova museologia, da sociomuseologia e da museologia social possam contribuir de forma significativa para a formulação de políticas públicas, especialmente na área da habitação, esse diálogo ainda precisa ser aprofundado, podendo acontecer em duas frentes:

a) em territórios já consolidadas, como a Quinta do Loureiro, por meio de atividades museológicas que fortaleçam o senso de pertencimento, provoquem melhorias na qualidade de vida e promovam a transversalidade com outras políticas públicas, desfazendo o estigma de *bairro social*;

b) em novos empreendimentos habitacionais, com a participação desde o início do processo, como já ocorre em alguns contextos no Brasil, gerando identificação com o território desde sua origem.

Os/as trabalhadores/as sociais atuam diretamente com pessoas, famílias e comunidades que vivem os efeitos concretos da ausência ou da má formulação das políticas públicas. No caso da habitação, isso frequentemente resulta no apagamento de histórias, como no processo de realojamento para a Quinta do Loureiro, realizado sem escolha ou salvaguarda das memórias dos destinatários.

Nesse sentido, a museologia, sobretudo por meio da sociomuseologia e da museologia social, poderia lançar mão de metodologias para construir o empreendimento habitacional em diálogo com a história de vida das pessoas, auxiliando nos processos de transição à nova realidade. Esse trabalho com a memória poderia funcionar como meio para o reconhecimento, compreendido como acesso a um estímulo previamente conhecido e armazenado, o que envolve um sentimento de familiaridade (Mourão Júnior; Faria, 2015). Assim, dona Maria, ou outra/o cidadã/o, poderia acessar competências e potências que talvez nem soubesse possuir, reconhecendo-se e trazendo à luz a heroína que é.

Referências

- ALVES, José Diego Gobbo. O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) como ferramenta para promoção políticas públicas: aplicação do índice no município de Piracicaba – São Paulo. In: Anais do IV Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente, 2017, Limeira. Anais eletrônicos..., Galoá, 2017.
- BRITTO, Clovis Carvalho. “As palavras continuam com os seus deslimites”: reflexões sobre sociomuseologia e linguagem de especialidade. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed.). *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. p. 65–85.
- ANDRADE, Marília de Carvalho Seixas. Campo de intervenção do serviço social: autonomias e heteronomias do agir. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 23/24, p. 217–232, 2001.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a museologia da sociomuseologia. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed.). *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. p. 39–64.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO. Quem somos. *CSPNS Porto Salvo*. Porto Salvo, c2016. Disponível em: <https://shre.ink/7Kil>. Acesso em: 5 maio 2024.
- BRAYNER, Vânia. O museólogo como trabalhador social na construção de futuros inéditos. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 63, n. 19, p. 31–37, 2022.

- CHAGAS, Mario. A poética das casas museus de heróis populares. *Revista Mosaico*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 3-12, 2010.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 9-22, 2014.
- COMIDA. Intérprete: Titãs. Compositores: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto. *In: JESUS não tem dentes no país dos banguelas*. Intérprete: Titãs. [S. l.]: Warner Music Brasil, 1987. 1 disco vinil, lado A, faixa 2.
- EGEAC. Sobre a empresa. *Lisboa Cultura*. Lisboa, c2022. Disponível em: <https://egeac.pt/sobre/>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge. *Património: políticas e práticas culturais: para uma abordagem comunicacional*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Évora, Évora, 1999.
- FERRÃO, João. Relatório do grupo de trabalho temático “Territórios Vulneráveis”. *In: FÓRUM PARA GOVERNAÇÃO INTEGRADA*, 2015, Lisboa. *Atas da conferência*. Lisboa: [s. n.], 2016. p. 39-63.
- FREITAS, Kelly Amaral; CASTRO, Lana Mara. Outra museologia, outros sujeitos, outras pedagogias. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA*, 2., 2015, Recife. *Anais [...]*. Recife: Sebramus, 2015.
- GEBALIS. *Gestão do património*. Lisboa, c2022. Disponível em: <https://gebalis.pt/>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- GENI e o Zepelim. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Chico Buarque. *In: ÓPERA do malandro*. Intérpretes: Vários. [S. l.]: Polygram, 1979. 1 disco vinil, faixa 9.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GÍRIAS. *In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa*. Lisboa: Priberam Informática, c2022. Disponível em: <https://shre.ink/7Kpj>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- GONÇALVES, Pedro Costa. Ensaio sobre a figura da inação administrativa oficiosa. *In: GOMES, Carla Amado; CALVÃO, Filipa Urbano; DIAS, José Eduardo Figueiredo* (coord.). *Nos 20 anos dos CJA*. Braga: CEJUR, 2017. p. 295-340.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: história breve da humanidade*. Tradução Rita Carvalho e Guerra. Amadora: Elsinore, 2020.
- ICOM Portugal. Declaração e manifestos. [Site] *ICOM Portugal*. Lisboa, [2022]. Disponível em: <https://shre.ink/7Kcy>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- IT’S ABOUT IMPACT. Bairro Meu. [Site] *It’s About Impact*. Lisboa, 2022. Disponível em: <https://www.itsaboutimpact.com/>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- LEITE, Pedro Pereira. A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 193-223, 2014.
- LISBOA. Câmara Municipal. Pelouro da Cultura. Divisão de Arquivos. *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

- MARTINS, Robson de Souza. *Serviço social: a intervenção da arte no cotidiano profissional do assistente social*. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Instituto de Serviço Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.
- MOISÉS, Inácia Maria Cabrita Navalhas. O bairro do Casal da Mira, município da amadora: um território de inclusão ou exclusão? *Intervenção Social*, Lisboa, n. 41, p. 37-54, 1. sem. 2013.
- MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. *Psicologia: reflexão e crítica*, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/7C6F>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- MOUTINHO, Mário C. Decifrando conceitos em museologia: entrevista com Mário Caneva Moutinho. [Entrevista cedida a] Ana Carvalho. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [Lisboa], v. 4, n. 8, p. 252-269, dez. 2015.
- MOUTINHO, Mário C. Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 1, n. 1, p. 7-9, 1993.
- PAUSINI, Adel Igor. Escola Nova e Leontina Busch: museus escolares e museus histórico-pedagógicos no estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1970. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 58, n. 14, p. 129-155, 2019.
- PORTUGAL. Acerca. *República Portuguesa*. Portugal, c2019. Disponível em: <https://shre.ink/7KjR>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- PRIMO, Judite; BRAYNER, Vânia. Nunca mais o silêncio: Por uma política das memórias do feminino na resistência. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [Lisboa], v. 7, n. 13, p. 155-173, jan./jun. 2018.
- PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. Sociomuseologia e decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do mundo. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed.). *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. p. 19-38.
- RECHENA, Aida Maria Dionísio. *Sociomuseologia e género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses*. 2011. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.
- ROCHA, Helena. Serviço social e desenvolvimento local. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 32/34, p. 255-275, 2008.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. Um compromisso social com a museologia. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 27, n. 41, p. 71-114, dez. 2014.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- SOUZA, Luciana. Museu integral: potência e crítica ao fato museal. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. p. 225-245.
- TOCAFUNDO, Ronan Daré; RODRIGUES, Emanuelle Silva. Herói, anti-herói e vilão: a percepção crítica contextualizada à sala de aula. *Revista Educação Pública*, [s. l.], v. 19, n. 31, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/7v2F>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 8, p. 21-44, 2016.

VARINE-BOHAN, Hugues de. *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Prefácio. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed.). *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021. p. 9-16.

ZEN, Ana Maria Dalla. Museu de rua, inclusão & harmonia social: reflexões em torno de uma metodologia para museus comunitários. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN EN MUSEOLOGÍA DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2., 2010, Buenos Aires. *Actas [...]*. Buenos Aires: IFOCOM, 2011. p. 231-240.

Robson de Souza Martins | Doutorado em museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Mestre em serviço social e política social pela ULHT. Pós-graduado em gestão pública pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social pela FAPSS-Brasil com equivalência pelo ISCTE. Técnico de intervenção local na Gebalis – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, com passagem anterior pela equipa do RSI de Oeiras. No Brasil, destacam-se 15 anos dedicados às políticas públicas municipais de assistência social e habitação. E-mail: robsssmartins@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5606210428402901> | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0594-5233>.

<< Voltar ao início